



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

116

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação nº 0339088-5 – Jaboatão dos Guararapes (6ª Vara Cível)

Agravante: Celpe Companhia Energética de Pernambuco - Celpe

Agravado: Paulo Jorge de Moura Barros

Relator: Des. Jovaldo Nunes

**EMENTA. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO. ENERGIA ELÉTRICA. COBRANÇA DE DÉBITO APURADO UNILATERALMENTE PELA CONCESSIONÁRIA. CORTE NO FORNECIMENTO ABUSIVO. RECURSO IMPROVIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. DECISÃO UNÂNIME.**

1 - "É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude" (Súmula nº 13 - TJPE)

2- Agravo improvido por unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a **QUINTA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **POR UNANIMIDADE DE VOTOS**, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 24 de setembro de 2014.

  
Des. Jovaldo Nunes Gomes  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes**

08  
M

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravô na Apelação nº 0339088-5 – Jaboatão dos Guararapes (6ª Vara Cível)

Agravante: Celpe Companhia Energética de Pernambuco - Celpe

Agravado: Paulo Jorge de Moura Barros

Relator: Des. Jovaldo Nunes

## **Relatório**

Decisão agravada às fls. 91/94.

No primeiro grau foi proferido *decisum* na ação declaratória de inexistência de débito com indenização por danos morais e materiais proposta por Paulo Jorge de Moura Barros contra Celpe – Companhia Energética de Pernambuco, decisão essa que julgou parcialmente procedentes os pedidos da inicial para condenar a demandada a se abster de suspender o fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora do autor, bem como declarar a inexistência de débito e desconstituir a fatura no valor de R\$ 19.356,76 (dezenove mil, trezentos e cinquenta e seis reais e setenta e seis centavos).

A CELPE (ré) interpôs apelação, à qual, monocraticamente, neguei seguimento ao recurso para manter a decisão de piso, por entender que a mesma está em conformidade com a jurisprudência desta Corte e do STJ.

Ainda irresignada, a CELPE (ré) interpôs este recurso de agravo repetindo os fundamentos já declinados nas razões do apelo, alegando que a inspeção feita pela companhia na unidade consumidora obedeceu aos parâmetros da Resolução nº 414/2010 da ANEEL, não havendo a ocorrência de fraude e, sim, a comprovação de irregularidade. Pugnou pela anulação/cassação da decisão.

É o Relatório.

Recife, 24 de setembro de 2014.

  
Des. Jovaldo Nunes Gomes  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

112

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação nº 0339088-5 – Jaboatão dos Guararapes (6ª Vara Cível)

Agravante: Celpe Companhia Energética de Pernambuco - Celpe

Agravado: Paulo Jorge de Moura Barros

Relator: Des. Jovaldo Nunes

**VOTO**

Não convencido da mudança no entendimento por mim anteriormente esposado, submeto o feito à apreciação desta Colenda Câmara.

Presentes os requisitos de admissibilidade recursal, conheço deste recurso e passo a apreciá-lo.

Na parte que interessa, está assim vazada a decisão agravada (fls. 91/94):

"(...) O cerne da questão cinge-se em saber se é legal a cobrança de dívida imputada ao consumidor, em face de apuração de consumo "não medido" na unidade consumidora, após vistoria realizada no medidor de energia em julho/2012. Da decisão impugnada transcrevo o seguinte (51/53): (...) À luz das provas carreadas aos autos, verifica-se a existência de débito imposto unilateralmente ao Autor pela demandada, consistente na fatura vencida em 21/08/2012, no valor de R\$ 19.356,76 (dezenove mil trezentos e cinquenta e seis reais e setenta e seis centavos), débito oriundo de consumo não medido, em razão de suposta ligação clandestina de energia elétrica existente na residência do Autor. Não obstante haja previsão legal (Resolução 414/2010), acerca da possibilidade da demandada fiscalizar as unidades consumidoras para realizar inspeções periódicas nos medidores, a fim de corrigir e identificar eventuais falhas e irregularidades nos equipamentos, penso que o cálculo realizado pela demandada para a cobrança da dívida pelo consumo não medido é excessivo, não condizendo com a utilização dos equipamentos existentes à época na residência da parte Autora. Assim, não se justifica a média do consumo mensal calculada pela Celpe, apenas com base nos equipamentos elétricos existentes na unidade consumidora, até porque não se pode considerar, para fins de cálculo, a utilização de todos os eletrodomésticos instalados na unidade consumidora, durante o tempo estimado. Por sua vez, vejo que a demandada ao realizar a mencionada vistoria, elaborou cálculo relativo a consumo não-medido, por estimativa, considerando o período de 36 meses, isto é, computou para cálculo da dívida o consumo não-medido entre 06/2009 até 05/2012 (fl. 31), considerando a utilização potencial de todos os eletrodomésticos existentes na unidade consumidora, quando na realidade se sabe que os eletrodomésticos existentes na residência do Autor não são utilizados pelo tempo estimado pela Celpe na formatação do cálculo. Por conseguinte, penso que a dívida atribuída ao Autor não é legítima, pois os critérios para apuração do consumo não medido, não são compatíveis com o real consumo da unidade consumidora. Somando-se a isso, a realização unilateral da perícia no medidor de energia elétrica que não poderá ser considerada para o fim de mensurar o consumo não medido. Assim, considerando que o montante da dívida não representa o efetivo consumo não-medido, não há amparo legal para a responsabilização da parte Autora, impondo-se a desconstituição do débito, revelando-se ilegal e arbitrário. DOS DANOS MORAIS. Como se sabe, à configuração da obrigação de



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

113

indenizar é imprescindível a ocorrência de um fato lesivo voluntário, por ação ou omissão do agente (imprudência, imperícia ou negligência); e a concretização de um dano material ou moral, bem como, a relação de causalidade entre a conduta do agente e o dano, requisitos que se encontram presentes no caso em tela. No caso em tela, penso que os danos morais não restaram caracterizados, pois conforme declarado pelo Autor, em sua exordial, não houve corte no fornecimento de energia elétrica, em razão da cobrança pelo consumo não-medido. Portanto, não sofreu dissabores e/ou constrangimentos que possam ser materializados como danos morais. Assim, não tenho como acolher o pleito indenizatório. (...) É pacífica a jurisprudência dos Tribunais pátrios no sentido de ser abusiva e ilegal a conduta da concessionária em pretender suspender ou mesmo interromper o fornecimento de energia elétrica em razão de débito apurado unilateralmente na unidade consumidora sob a alegação de suposta fraude no medidor, já que a via adequada para obtenção do pagamento da fatura de débitos pretéritos é a ação ordinária de cobrança. Destarte, não se está diante de simples inadimplência, mas de cobrança de diferença no consumo de energia elétrica, cuja origem é controvertida - o que não permite que o consumidor seja ameaçado da privação do serviço. Inteligência da Súmula nº 13 deste Tribunal de Justiça. Nesse ponto merece destaque o fato de que a jurisprudência do STJ a muito consolidou o entendimento de que é ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a inadimplência do consumidor decorrer de débitos pretéritos, bem como o débito originar-se de suposta fraude no medidor de consumo. (STJ - AgRg no AResp211.514-SP, Rel. Min. Herman Benjamin; Segunda turma, Julgado em 18/10/2012, DJE:05/01/2012) A respeito do assunto esta Corte tem, reiteradamente, se pronunciado: "CONSUMIDOR E PROCESSO CIVIL. AÇÃO REVISIONAL C/C PERDAS E DANOS E PEDIDO DE ANETCIPAÇÃO DE TUTELA. SUSPEITA DE FRAUDE NO APARELHO RESPONSÁVEL PELA MEDIÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA. CONSUMO UNILATERALMENTE APURADO. CELPE. CRITÉRIO ESTIMATIVA DE CARGA, COBRANÇA DE CONSUMO PRESUMIDO. IMPOSSIBILIDADE. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA. ABUSIVIDADE. PRECEDENTES DO STJ. COBRANÇA ILEGAL DE DÉBITO. DANO MORAL. CABIMENTO. CARACTERIZAÇÃO. DEVER DE INDENIZAR. FIXAÇÃO EM VALOR RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Insurge-se a agravante contra a decisão terminativa que negou seguimento a recurso de apelação por ela interposto, por ser manifestamente improcedente e estar em confronto com súmula e jurisprudência pacífica desta Corte e jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. 2. Não merecem prosperar os argumentos da agravante de que é legítima a sua conduta de cobrar débito referente a um consumo presumido de energia baseado numa estimativa de carga. 3. Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento no sentido de que, é ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a inadimplência do consumidor decorrer de débitos pretéritos, bem como o débito originar-se de suposta fraude no medidor de consumo. Precedentes. 4. "À abusividade da suspensão do fornecimento de energia elétrica, motivada por inadimplemento de débito unilateralmente apurado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude". (Súmula 13, do TJPE) 5. Caracterizado o dano moral diante da conduta desidiosa e gravosa da Celpe, sendo presumido os prejuízos alegados pelo consumidor. 6. Agravo improvido. **Decisão unânime. Recurso de Agravo na Apelação nº 0328071-3 - Recife (6ª Vara Cível) Agravante: CELPE- Companhia Energética de Pernambuco Agravado(a): Edoardo Gonçalves da Silva Relator: Des. Jovaldo Nunes. 5ª Câmara Cível . Julgado em 28/05/2014. Publicado em 03/06/2014.** (grifei) No mesmo sentido, temos que: "não se figura lícita a



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes**

mm

atitude da concessionária que, baseada na existência de mera irregularidade em medidor de energia elétrica (desvio antes do medidor), ameaça efetuar a suspensão do fornecimento de energia elétrica e cobrança por consumo presumido superior à média habitual nos anos anteriores do contrato" (Apelação Cível nº 152002-9, Rel. Des. Eurico de Barros Correia Filho, 4ª Câmara Cível). Não é outro o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DÉBITO PRETÉRITO. FRAUDE NO MEDIDOR. SUSPENSÃO DO SERVIÇO. IMPOSSIBILIDADE. MEIO ABUSIVO DE COBRANÇA. RECURSO INCAPAZ DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Não é lícito à concessionária interromper o fornecimento de energia elétrica por dívida pretérita, a título de recuperação de consumo, em face da existência de outros meios legítimos de cobrança de débitos antigos não-pagos. 2. A concessionária não pode interromper o fornecimento de energia elétrica por dívida relativa à recuperação de consumo não-faturado, apurada a partir da constatação de fraude no medidor, em face da essencialidade do serviço, posto bem indispensável à vida" (AgRg no REsp 854.002/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 11.6.2007). 3. Agravo regimental "desprovido." (STJ. AgRg no REsp 1015777/RS. T1. Relatora Ministra DENISE ARRUDA. DJe 03/12/2008.) (grifei) Assim, é inegável que a conduta da CELPE se configura ilegítima, como bem fundamentou o magistrado de 1º grau, pois como se sabe a realização unilateral de perícia no medidor de energia elétrica não pode ser considerada para o fim de mensurar o consumo não medido. Assim, não há amparo legal para a responsabilização do consumidor, impondo-se a desconstituição do débito da fatura no valor de R\$ 19.356,76, já que o mesmo se revela ilegal e arbitrário. Ante o exposto, considerando que a sentença está em conformidade com a jurisprudência do STJ, **NEGO SEGUIMENTO**, o que faço com fundamento no art. 557, do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJ de Pernambuco."

Não observo, nas razões recursais motivos que possam ensejar mudança no entendimento esposado na decisão combatida, posto que a recorrente trata apenas de repetir os argumentos por ela formulados nas razões do apelo.

Cumpra registrar, mais uma vez, que a presente questão já está exaustivamente tratada pelos Tribunais inferiores e pelo STJ.

Sobre a matéria o entendimento jurisprudencial já consolidado nas diversas Câmaras Cíveis deste Tribunal de Justiça norteia-se no sentido de que: "a) Por ser um bem essencial à população a energia é um serviço público indispensável, subordinado ao princípio da continuidade de sua prestação, pelo que se torna impossível a sua interrupção; b) O corte no fornecimento por mera suspeita de fraude decorrente de inspeção efetuada pela própria concessionária daquele serviço público, ao fito de compelir o usuário ao pagamento da correspondente tarifa, extrapola os limites da legalidade, já que existem outros meios para buscar, legitimamente, o adimplemento do eventual débito" (TJPE-2ª Câmara Cível, AI nº 73.524-8, Rel. Des. Jovaldo Nunes Gomes, julgado em 03.02.2004, acórdão unânime, publicado no DJE de 04.03.2004)."



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes**

115

Ademais, tendo em vista o entendimento pacífico desta Corte a Seção Cível aprovou em 03/05/2007 a Súmula nº 13 que prevê que: "É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude".

Assim, não observo, no referido recurso, qualquer argumentação que venha ensejar modificação no posicionamento adotado na decisão agravada, posto que, como visto, encontra-se em sintonia com o entendimento desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso, mantendo na íntegra a decisão terminativa.

É como voto.

  
Des. Jovaldo Nunes Gomes  
Relator